

ASSIM SE PASSARAM DEZ ANOS (A Renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988)

RUY MOREIRA
Universidade Federal Fluminense

Este texto foi escrito em 1988. Animou-me a escrevê-lo a expectativa da realização de um balanço, mais analítico que comemorativo, de um decênio que, afinal, revolucionara com suas idéias a geografia no Brasil, com reconhecidas repercussões no exterior, no Encontro Nacional dos Geógrafos daquele ano. A década passou em branco no Encontro da AGB. E o destino deste texto foi a gaveta. Até que, por gentileza da editoria, o Boletim Prudentino de Geografia publicou-o anos depois.

Imperfeições de narrativa e uma vontade permanente de dar-lhe um estilo de redação mais impessoal, alimentaram a idéia de reescrevê-lo e reeditá-lo. Mesmo porque monografias de graduação e dissertações de mestrado foram aparecendo aqui e ali num ensaio de interpretação e análise deste ou daquele aspecto do período, com o significado de uma espécie de cobrança de pronunciamento a seus participantes, reforçando esse projeto.

O falecimento de Armando Corrêa da Silva, e o desejo de homenageá-lo, tornou essa reedição uma tarefa inadiável.

Evitando que o olhar de hoje traia o olhar de ontem, reedito-o com o mesmo tom de relato que pusera na edição prudentina. Mantenho a estrutura, a forma e o conteúdo com que foi publicado, mas aproveito para explicitar formulações que apareceram truncadas naquela versão. Torço para que outros tantos relatos, enfim, apareçam, sequenciando uma prática em que, até nisso, Armando foi pioneiro¹.

¹ É de sua autoria o primeiro balanço da renovação, com o texto *A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: as geografias radical e crítica e uma perspectiva teórica*, onde classifica os seus participantes em radicais e críticos e faz uma excelente, e única, resenha da produção geográfica do período,

A REDESCOBERTA DA GEOGRAFIA

Desde 1978, nominadamente, o pensamento geográfico brasileiro passa por um processo interno de questionamento, renovação discursiva e intenso debate. É fundamental lembrar-se o que estava em questão.

É evidente que a renovação de uma ciência está em linha de relação direta com a consciência que os seus intelectuais têm das questões que a história a ela está pondo, colocando-a em crise. Todavia, nem sempre o movimento começa pela localização, arrolamento e identificação, o mapeamento, enfim, das questões que lançam os intelectuais, consistente e objetivamente, ao seu enfrentamento. Mas a possibilidade real de transformação da ciência, tal como de uma sociedade, é a consciência das coisas postas.

A leitura minuciosa dos trabalhos produzidos no decurso do período, leva-nos a indagar se sempre se soube da coisa posta, se está claro de que questão se está falando e da pertinência da fala. A impressão mais forte que emana das leituras é a de uma intelectualidade sem a lista transparente dos problemas que enfrenta. E, sobretudo, em face de que estes problemas tornaram-se uma questão. Assim, a natureza e objeto da geografia, para exemplificar com o tema mais ubíquo, que problema exatamente é e que questões coloca? Idem o tema da região. Ou a dicotomia homem-meio. E tantos outros.

Descontextualizados de um mapeamento pré-indicativo, fluidos quanto a centros de referência que balizem e articulem num nexos estrutural seus discursos, os autores desses textos mais lembram navios à busca de um rumo, que baterias de fogo concentrado sobre alvos perfeitamente definidos.

O balanço da renovação, implicando a recuperação dos problemas e as questões colocados, sobretudo as respostas a eles dadas nestes textos, tal é a matéria deste balanço. Um olhar preliminar, talvez mais documental que crítico, desse período recente de renovação.

coabrindo-a exaustivamente e com uma erudição incomum na literatura geográfica brasileira. Boa parte dos textos da renovação o leitor encontrará reunidos em três coletâneas: *Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico*, número monográfico que preparamos para a revista *Vozes* em 1980; *Geografia: teoria e crítica - O saber posto em questão*, livro que organizamos para a mesma Editora *Vozes* em 1980; e *Novos Rumos da Geografia Brasileira*, livro organizado por Milton Santos para a Editora *Hucitec* em 1982. Recomenda-se também *Perspectivas da Geografia*, coletânea organizada por Antonio Christofolletti para a *Difel* em 1982, com textos de autores nacionais e estrangeiros, alguns dentre os quais considero clássicos da geografia mundial. É comum vermos coletâneas em revistas neste período, destacando-se o número 54 do *Boletim Paulista de Geografia*, de 1976, publicação da AGB-São Paulo; e os números 1 e 2 da revista *Território Livre*, publicação da UPEGE (União Paulista de Estudantes de Geografia), de 1979. É imprescindível ainda a leitura do texto *Da Nova Geografia à Geografia Nova*, de Roberto Lobato, uma resenha curta e sintética sobre a passagem da fase da Geografia Quantitativa (a “Nova Geografia”) para a fase da renovação (a “Geografia Nova”), publicado na coletânea da revista *Vozes* acima referida.

O Encontro de 1978 da AGB

Quando, em 1978, os geógrafos brasileiros reúnem-se em Fortaleza no 30. Encontro Nacional de Geógrafos, da AGB, a geografia brasileira vivia já um estado de grande ebulição. E isto pelo menos desde 1974. Nos vários cantos do país movimentos de crítica e renovação, espontâneos, difusos e portanto sem hegemonia nacional vinham acontecendo. O 3º ENG ensejou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas uns dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade das mudanças e a aglutinação das idéias que precipitam a crise da ciência.

Esta ebulição e convergência de consciências e idéias que então se reconhecem em 1978, deixaram vários registros, mas este é um tema que até agora não mereceu um estudo mais sistemático. Seu lado documental são os prefácios das revistas, resumos dos anais da AGB, textos de coletâneas, encontrados aqui e ali ainda dispersos.

O papel seminal de Lacoste e Lefebvre

A crise é mundial e já anunciada no *A Geografia*, por Lacoste². Lacoste já era nosso conhecido por seus trabalhos dos anos cinquenta-sessenta³. Amplamente utilizados nas escolas secundárias, seus livros são lidos junto aos de Pierre George, a cujo grupo aparece associado. Basta uma consulta aos livros didáticos e apostilas dos cursinhos da época (onde a maioria de nós trabalhava, pois só ali podia-se burlar o livro negro da repressão executada pelo Estado por meio da lista de empregados a ele obrigatoriamente fornecida pela direção das escolas), para atestar-se o fato de que é esta a geografia que chega à sociedade mais ampla. Menosprezada pela universidade

² *A Geografia*, ensaio que Lacoste publica em uma coletânea de filosofia organizada e dirigida por François Chatelet.

³ Por meio de livros como *Os Países Subdesenvolvidos* e *Geografia do Subdesenvolvimento*.

⁴ Em certa medida, a quase totalidade dos renovadores da Geografia brasileira vem dessa tradição pierre-georgeana (francesa, seria melhor dizer, como o tricartiano Milton Santos). É georgeana a coletânea de Armando Corrêa da Silva *O Espaço Fora do Lugar*. Idem o texto *O 'Econômico' na Obra Geografia Econômica de Pierre George: elementos para uma discussão*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, texto de grande efeito entre os geógrafos do Rio de Janeiro. E é igualmente georgeana a terminologia que povoa muitos dos textos da renovação, como arranjo espacial e organização do espaço pelo homem. Meu texto *A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais*, de 1978, e em particular o capítulo 4 de *O Discurso do Averso*, cuja primeira edição é de 1987, que tinha por título *Ideologia e Política dos Estudos de População* (um texto escrito para ser inicialmente uma crítica, na forma de uma aula dada no Projeto Ensino da UPEGE/AGB/APEOESP, em fevereiro de 1980, à concepção georgeo-lacosteana de população e subdesenvolvimento), estão carregados dessa terminologia. Talvez tenha sido esta genealogia (é bom lembrar que George e Lacoste tiveram passagem pelo marxismo), até certo ponto comum aos renovadores, a fonte da impressão equivocada, hoje amplamente enraizada, de uma indiferenciação de pensamento

de, a geografia popular dessas décadas é a geogeo-lacosteana⁴. E, portanto, a que está na cultura do estudante universitário e do professor secundário de geografia. Pode-se, por isso mesmo, calcular o enorme interesse e reboliço que *A Geografia*⁵ provoca. Ainda mais quando ao texto vem somar-se o livro com que Lacoste o desdobra, *A Geografia Serve Antes Mais Nada Para Fazer a Guerra* (título da edição portuguesa), publicado em 1977. Ambos, texto e livro explodem no ambiente carioca como um petardo⁶.

O que mais chama a atenção em *A Geografia*, à parte a fina ironia de Lacoste, é o rol dos problemas e questões centrais que faz desfilar através de suas páginas, todos eles pontos de crítica que tornar-se-ão bases essenciais da renovação da geografia: a indigência dos fundamentos (a questão epistemológica), a falência do “projeto unitário” (a questão da dicotomia homem-meio), a farsa da neutralidade-ingenuidade científica (a questão ideológica), a fragilidade discursiva (a questão teórico-metodológica), a propensão ao gueto (a questão do isolamento interdisciplinar), o envolvimento classista (a questão da “geografia do professor” e da “geografia dos estados maiores”), o sentido político (a questão militar-militante da práxis), a inatualidade linguística (a questão da representação cartográfica), etc. Em *A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra*, este rol de problemas vira um conjunto de proposições, de que a tese da espacialidade diferencial, um conceito que localiza na ultrapassagem do discurso da região (“um poderoso conceito obstáculo”) a fonte da autonomia de vôo da teoria e

e alinhamento político-ideológica que haveria, entre eles, interligando-os (embora seja verdade que nenhum aderira ou vinha de rompimento com o neopositivismo teorético-quantitativo),

⁵ Isto está estampado no título do texto *A Geografia Está em Crise: Viva a Geografia*, de Carlos Walter Porto Gonçalves. É flagrante também no título de *A Geografia Serve para Desvendar Máscaras Sociais*, fruto do impacto que recebo de Lacoste, Lefebvre e Milton Santos. Deste último em particular. Milton Santos traz para a geografia a problemática das instâncias, um tema que discutíamos nos debates internos do marxismo, esquentados pelas críticas às versões althusseriana e gramsciana de estrutura. O texto nasce das intervenções realizadas na Semana de Geografia da UFF, organizada pelos estudantes de Niterói, em setembro de 1978, e no Congresso da UPEGE, em Presidente Prudente, organizado pelos estudantes de São Paulo, em outubro, nos quais balizei as reflexões.

⁶ Estimulante ao debate da renovação em todos os sentidos, o texto-ensaio e o livro mapeiam, um a um, os temas da crise da geografia, e fazem-lhes uma contundente crítica política e ideológica.

⁷ Lacoste desenvolve a crítica do conceito de região no capítulo V (“Um poderoso conceito-obstáculo: a região”) e a sua tese de espacialidade diferencial nos capítulos III (“Miopia e sonambulismo no seio de uma espacialidade tornada diferencial”), VI (“A escamoteação do problema capital das escalas, isto é, da diferenciação dos níveis de análise”) e XVII (“Saber pensar o espaço para saber nele se organizar para saber nele combater”). Percebe-se que liga um assunto ao outro, denunciando a falência do discurso padronizado na categoria da região, que vê como uma categoria discursiva que arrasta a geografia consigo num vôo curto, apontando como saída a escala da espacialidade diferencial. Mais tarde, Lacoste aplicará esta proposição em *Unité & Diversité du Tiers Monde*, tese de doutorado na qual aplica sua teoria a casos empíricos específicos, como a revolução cubana. Ao que parece, Lacoste não logra concretizar no plano empírico o que propôs no plano teórico. Uma hipótese é ter-se mantido ferreamente preso à teoria do terceiro-mundismo e ao campo da geopolítica, duas fontes de análise equivocadas, mas por onde Lacoste faz circular suas idéias desde seus primeiros textos. Tentei aplicá-la ao caso brasileiro em *O*

do método geográficos, é o arremate chave⁷. Assim, nada podia contrastar mais com a estreiteza da geografia que se ensinava, denunciar o envolvimento da geografia universitária do momento, a Teorético-Quantitativa, com a guerra do Vietnã, chocar nossa consciência de professores e estudantes engajados na ação política daquele tempo e alertar para o caráter contraditório entre a prática de esquerda e o discurso conservador, que no fundo era essa “geografia do professor” por nós praticada, que o conteúdo crítico das propostas que ambos textos traziam.

O incrível em tudo isso, é o destino que vai ter *A Geografia*. É matéria de mistério a trajetória deste texto-ensaio. De um libelo de extraordinária clareza dos nossos problemas e questões centrais, acabou sendo ele tomado como um puro texto de agitação. Parece inacreditável que não o tenhamos entendido quanto ao que era, um verdadeiro programa de ruptura conceitual⁸.

Mas o bombardeio de Lacoste não vem sozinho. Concomitantemente a ele vêm os textos de Henri Lefebvre. Se com Lacoste somos levados ao problema ideológico-político da questão do espaço, com Lefebvre somos transportados ao do seu estatuto teórico. Com um tom distinto do estilo irônico e solto de Lacoste, Lefebvre esmiúça os fundamentos da compreensão marxista do espaço, tomando como ponto de partida a cidade.

Teve particular efeito o texto de *A Re-Produção das Relações de Produção*⁹ (na verdade, a primeira parte de *La Survie du Capitalism*), obra de 1973 (mesmo ano da edição francesa), editado pela Publicações Escorpião, Lisboa, efeito maior que o dos próprios livros sobre o espaço urbano, da Ediciones Península¹⁰. Aqui, Lefebvre toma o espaço como foco do seu olhar sobre a história, apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade, a partir da reprodução das relações de produção. Isto é, como a categoria do real que se aqui é o determinado, emerge logo a seguir no vir-a-ser como o determinante, numa dialética de relação sociedade-espaço que faz do espaço uma categoria estrutural dinâmica.

Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil, dissertação de mestrado publicada pela Editora Vozes em 1985, onde fundo a tese lacosteana da espacialidade diferencial à tríade marxista do singular-particular-universal, e à teoria do imperialismo de Lênin e Rosa Luxemburgo. Penso não ter logrado um resultado satisfatório também.

⁸ Dele derivou o texto *Geografia e Práxis: algumas questões*, que incluí na coletânea *Geografia e Sociedade*, mencionada na nota 1, na verdade a transcrição de uma palestra feita em 1979 num debate sobre Geografia e Realidade promovido pela UPEGE, e que os estudantes de São Paulo publicaram na revista Território Livre, n. 2, 1979.

⁹ Este texto e *O Pensamento de Lênin*, também de autoria de Lefebvre, formam o núcleo teórico de *A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais*.

¹⁰ São eles: *El Derecho a la Ciudad*, *De Lo Rural a lo Urbano* e *Espacio y Política (El Derecho a la Ciudad - II)*, todos publicados por esta editora de Barcelona, respectivamente em 1969, 1971 e 1976, a que se acrescenta ainda o clássico *O Pensamento Marxista e a Cidade*, edição da Ulisséia, portuguesa, sem data (a edição francesa é de 1972). Seu livro *La Production de L'Espace*, de 1974, só conhecemos mais tarde.

Fazendo uma reflexão para nós até então inusitada sobre o espaço, Lefebvre fornece no plano teórico o fundamento para aquilo que Lacoste fizera no plano institucional e epistemológico do discurso geográfico. Abrem ambos, assim, para a crítica interna madura às duas correntes então vigentes na geografia: a funcionalista (inspirada no espacismo economicista de François Perroux, de Pierre George) e a neo-positivista (com seu recorte geometrizar, do teoreticismo quantitativo).

As revistas de Geografia

As obras de Lacoste e Lefebvre encontram entretanto um ambiente propício criado pelas revistas, que se multiplicam em profusão neste momento, o “solo epistemológico” por elas criado.

É fato que em todo processo de ruptura, a ação dos grandes corpos de batalha, esses “exércitos clássicos”, pesados, que são os livros, necessitam da ajuda do trabalho leve dos pequenos e ágeis grupos de guerrilha que são os textos das revistas. É através das revistas que em geral se toma o primeiro conhecimento do que está circulando nos embates. Portadoras em geral de ensaios, cumprem elas o papel de agitar as idéias, reciclar o vocabulário, ecoar os paradigmas, pavimentar a nova fronteira, mobilizar os intelectuais para a novidade dos debates. Por meio delas, os velhos assuntos assimilam-se e se reciclam na trama das novas informações e idéias, contemporaneizando-se com elas. São as revistas as caixas de ressonância dos temas em voga e que os leva a transbordar para além das próprias fronteiras acadêmicas.

Foi esse o papel cumprido por Antipode, Herodote, Boletim Paulista de Geografia, Território Livre, Contexto, Temas de Ciências Humanas, Encontros com a Civilização, Vozes, revistas que costuraram o imaginário das novas idéias e alimentaram o circuito das mudanças, como Milton Santos esclarece na resenha-balanço *Sobre Geografia Nova, nos Periódicos*.

Milton Santos e a historicidade do espaço em *Por Uma Geografia Nova*

É quando entra em cena *Por Uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, livro lançado no Encontro de Fortaleza, 1978. Um livro com o qual Milton Santos traz para o movimento aquilo que lhe faltava: a base da sistematização das idéias.

Ao longo das páginas desse livro, descobre-se que a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade. Ora, se o espaço tem essa natureza, seu modo de entender muda de todo. Mais que isto: se é ele o objeto da geografia, então na geografia tudo muda de todo.

Como que num repente, a noção da historicidade do espaço é internalizada na Geografia e ganha a cara do espaço geográfico.

Milton Santos muda a geografia com este livro. Não se limitando a apresentar a historicidade do espaço como uma pura tese, antes tomando-a como uma noção de base, submete o discurso geográfico à mais completa releitura teórica. E numa extensão que vai da crítica epistemológica a uma nova teoria do objeto.

Milton Santos insere a geografia no debate intelectual maior, enfronhando-a com os embates políticos e filosóficos que naquele momento agitam o mundo das idéias. Faz dos temas do mundo das idéias um tema da geografia. E vice-versa.

Os pensamentos neo-positivista e estruturalista são hegemônicos no meio intelectual nesse tempo. Dominantes nas páginas das revistas e teses universitárias, sedimentam por meio delas suas teorias anti-históricas. Todavia, justamente nesse momento de auge, essa hegemonia começa a perder força. Declarada morta, a história aparece nos protestos estudantis de maio de 1968, na escalada da guerra do Vietnã de 1972 e na crise do petróleo de 1973. A intelectualidade "redescobre" a história. E é essa redescoberta que, através de Milton Santos, chega aos intelectuais da geografia.

Mas a crítica da morte da história aqui floresce na forma da crítica à roupagem doméstica do neo-positivismo. Não chegara a formar-se na geografia uma escola estruturalista, como acontecera em praticamente todas as demais ciências humanas. De modo que a morte da história dera-se na forma da redução do espaço a um mero discurso de pontos e linhas. A uma idéia de espaço só como forma, despojado de conteúdo. Fala-se de pontos, querendo-se falar de cidades. E fala-se de linhas, querendo-se falar de rede e fluxos de transportes. O que, todavia, é a cidade e o que é a rede de transportes, o que exprimem como formas de realização da história, disto não se cogita¹¹.

A crítica da morte da história, embutida na crítica do formalismo geometrizar da "New Geography", é então o salto para a noção do espaço como história.

Por isso mesmo, o livro de Milton Santos e os protagonistas da ebulição se reconhecem um no outro de modo imediato. Ocorre a assimilação e a identidade recíproca que fazem do livro a referência proclamada da renovação. Há um processo de crítica que antecede a 1978, cresce e se auto-alimenta no seu próprio movimento. Mas o movimento é vago e o protesto genérico. Falta-lhe o conteúdo que o explique. É isso o que lhe traz o livro de Milton Santos. É que o que no geral aparece como evidente, na particularidade depende do toque certo que o esclareça. E foi este o papel do livro de Milton Santos.

Quaini, história e natureza em *Marxismo e Geografia*

A renovação encontra seu ponto de coagulação na teoria de espaço de Milton Santos. Um terceiro momento entretanto está a caminho, com o livro *Marxismo e Geografia*, de Quaini.

¹¹ A "New Geography" significa a dissolução ideológica do conteúdo e o esvaziamento das formas. Veja o texto de Lobato, citado.

Se a contruibuição de *Por Uma Geografia Nova* é a descoberta da historicidade do espaço, a de *Marxismo e Geografia* é a elucidação da essência desse conteúdo na dialética da historicidade da natureza e naturicidade da história. Em outras palavras, se no livro de Milton Santos somos despertados para a interação sociedade-espaço como uma relação histórica em que cada sociedade se organiza na medida da organização do seu próprio espaço, no de Quaini somos elucidados quanto à essência da história como a relação homem-meio tornada espaço. Quaini vê a relação homem-meio à luz da desterritorialização do campesinato, realizada pelo movimento da acumulação primitiva do capital, um processo no qual a história salta da fase das *sociedades naturais* para a fase das *sociedades históricas*, a relação homem-meio vira acumulação primitiva e o espaço vira o espaço do capital.

Milton Santos já houvera trazido para a geografia a questão da natureza como uma questão histórica das sociedades, na forma spinozista da *natura naturans* (“a natureza tal qual ela está agora, isto é, no tempo 1”) e *natura naturata* (“a natureza como ela se apresenta no tempo imediato, ou tempo 2”), que ele exprime na fórmula da *natureza natural* e *natureza socializada*. Quaini põe esta questão no movimento da acumulação primitiva, apresentando-a como o tema do território (reforçando a tese da desterritorialização de Deleuze-Guattari, que logo a seguir iríamos conhecer no *Anti-Édipo*).

A construção do espaço aparece então como o processo da alienação do trabalho, já desvelado por Milton Santos em sua teorização do fetichismo do espaço. A discussão teórica ganha o contorno de uma indagação da ontologia do espaço.

Lacoste, Milton e Quaini: a Geografia descobre Marx

As temáticas do marxismo e da renovação da Geografia cruzam-se portanto neste momento. Proximidade de onde é tirada a idéia generalizada do marxismo como a base filosófica e político-ideológica da renovação. Idéia generalizada, porém falsa: há marxistas, quem passe ao largo do marxismo e mesmo anti-marxistas entre os envolvidos no processo da reformulação da geografia.

É um fato que os geógrafos “descobrem” Marx, um autor amaldiçoado em toda a longa história do pensamento geográfico, e em face da força das idéias dos livros de Lacoste, Milton e Quaini (as noções de concretude histórica dos fenômenos e da relação homem-meio como uma relação metabólica entre homem e natureza são uma concepção de mundo essencialmente marxista). E é um fato ainda que o embutimento entre historicidade e espaço é o tema privilegiado das revistas e livros que ressoam os ecos do vai-vém de crítica e auto-crítica que fermentam no ambiente interno do marxismo (envolvendo o estruturalismo de Althusser e a teoria do Estado e da cultura de Gramsci, as componentes da desestalinização), levando o debate ao grande público. Mas se um inédito processo de refundição marxista ocorre por dentro da renovação, esta todavia não se confunde com aquele. Até porque o que verdadeiramente há é um movimento plural, convergente apenas no descontentamento com o discurso geográfico vigente.

Prova tal caráter de um movimento múltiplo a bibliografia múltipla que está aparecendo. Um exemplo é *Espaço e Ciências Humanas*, de Tonino Bettanini, um livro de claro matiz fenomenológico, publicado pela Editora Paz e Terra, a mesma dos livros de Quaini. E, ainda, *Perspectivas da Geografia*, uma coletânea organizada por Antonio Christofolleti, apontando para as mais diferentes direções de idéias. O próprio Lacoste a rigor não é marxista.

É verdade que respirando um ar impregnado da crítica marxista aos coveiros neopositivistas e estruturalistas da história, a renovação da geografia nasce tatibitateando a linguagem de Lefebvre, Althusser, Gramsci e Lukács, este introduzido pelos trabalhos de Armando Corrêa da Silva¹². A vertente marxista, mesmo que hegemônica, é entretanto uma vertente.

O grave no caso é que a identificação da renovação da geografia com a crítica dos marxistas, levou ao empobrecimento de ambos. A redução de um movimento de muitos entrecruzamentos a uma única face (prática natural num saber de cultura historicamente monolítica), superficializou o processo da renovação e prejudicou o florescimento de uma vertente marxista consolidada, bloqueando-a em sua chance real de acontecer. Prejudicada, ela mesma pouco vinga.

É irônica a pouca importância que os marxistas emprestam a *Marxismo e Geografia*. Texto efetivamente marxista, circulou menos que o devido entre os próprios marxistas. E a desatenção é mais gritante e patente com a *Construção da Geografia Humana*, livro escrito por Quaini utilizando material recolhido para a escrita do primeiro, onde tece a mais estimulante releitura da trajetória histórica do pensamento geográfico do período, pondo suas origens modernas no Iluminismo. Em Kant, pois, e não em Humboldt-Ritter¹³.

O ROTEIRO DA RUPTURA

No período que se estende de 1974 a 1979 lançou-se portanto com a publicação de *A Geografia e A Geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a Guerra*, de Lacoste, *Por Uma Geografia Nova*, de Milton Santos, e *Marxismo e Geografia*, de Quaini, o que seria a bibliografia básica da renovação. Reuniu-se o essencial das questões e idéias. Formulou-se o roteiro da mudança.

Mais que isso, elencou-se os temas chaves da recriação da geografia. Aí estão o *projeto unitário*, de Lacoste, a *teoria do espaço como história*, de Milton Santos, e a

¹² Veja *De Quem é o Pedaco*, coletânea de textos de Armando, voltados para a problemática do contato da geografia com a filosofia.

¹³ A contribuição destes dois livros de Quaini é sem dúvida essencial para a refundição marxista da geografia. Nestes dois livros, respira-se efetivamente uma cultura marxista, desconhecida até então pela geografia e pelos geógrafos.

tese da construção do espaço como construção da alienação do homem pelo trabalho, de Quaini, elencados na sequência espontânea com que aquela trilogia foi sendo publicada, como se a renovação fosse obra de um demiurgo.

Curiosamente, sequência que é o mesmo trajeto intelectual de Marx, desenvolvido porém num sentido reverso. Em Marx, o caminho vai do *Manuscrito de 1844* ao *O Capital*, sequência com que funda o materialismo histórico. A renovação evolui numa direção ao contrário, vai de *O Capital* ao *Manuscrito* (não por acaso o *Grundrisse*, elo do trajeto de Marx, é a base do livro de Quaini). Curiosamente ainda, a sequência desenha em ambos a linha da radicalidade que aponta para uma ruptura.

Naturalmente, não foi uma linha reta o percurso da renovação da geografia. Mas um movimento pleno de sinuosidades. Começa-se com a crítica do discurso existente, seu sentido ideológico, seu envolvimento institucional e político, seu estatuto epistemológico. Desconfia-se de um imbricamento ontológico. Pergunta-se sobre o sentido de sua real utilidade. Projeta-se sua viabilidade prática.

Ao fim, avança-se desigualmente no tema do *projeto unitário*, reclamado por Lacoste, do *dessecamento do fetiche do espaço*, requerido por Milton Santos, e do *desvelamento da alienação classista dos ordenamentos espaciais* da sociedade moderna, propugnado por Quaini.

Que determinações nisto atuaram? Analisemos primeiramente os temas que a renovação submeteu ao crivo da sua crítica. E os termos dessa crítica. Então, veremos onde chegamos.

A crítica ideológica

O primeiro momento da renovação foi o da crítica ideológica. É a fase lacosteana da renovação: denúncia da *geografia do professor*, o discurso do saber “neutro, inútil, ingênuo e desinteressado”, discurso que esconde na “paisagem-espetáculo” a face do seu real comprometimento, e denúncia da *geografia dos estados-maiores*, o saber “estratégico” e circunscrito ao domínio dos que lidam com o espaço (daí a preocupação de Lacoste com o mapa) como arma de construção de hegemonias de uns poucos sobre os muitos.

Crítica ideológica que já nasce com cara de crítica política: a *geografia do Estado*, praticada pelos organismos militares e do grande capital, de Lacoste, e a *geografia oficial*, praticada pelos departamentos universitários e órgãos do planejamento estatal, de Milton Santos¹⁴.

¹⁴ Veja-se a indignada crítica de Milton Santos publicada na coletânea *Novos Rumos da Geografia Brasileira*.

E com a cara igualmente da crítica epistemológica. O mergulho mais profundo até à crítica dos fundamentos filosóficos, ao âmago da construção epistêmica, torna-se em consequência necessária.

Tal como na advertência de Lacoste, de que “o problema ideológico parece estar no cerne do problema epistemológico da geografia”, alertando para a necessidade do enfrentamento simultâneo de ambas frentes. Ou de Milton Santos, de que “sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a geografia que sobre o espaço, que é o objeto da ciência geográfica”, reclamando a centração da crítica nesta direção, ao proclamar que “nossa ambição é fornecer, ao mesmo tempo, a explicação da realidade espacial e os instrumentos para sua análise. Acreditamos que uma teoria que não gera, ao mesmo tempo, a sua própria epistemologia, é inútil porque não é operacional, do mesmo modo que uma epistemologia que não seja baseada numa teoria é maléfica, porque oferece instrumentos de análise que desconhecem ou deformam a realidade”.

A crítica começa como uma denúncia ético-finalista de um saber posto secularmente a serviço do poder e dos poderosos, e daí avança, alicerçada na própria matéria-prima oferecida pela trilogia bibliográfica básica.

Toda a segunda metade de *Por Uma Geografia Nova*, a partir do capítulo X, é rica massa crítica. Idem os capítulos sobre a espacialidade diferencial, de *A Geografia Serve Antes de Mais Nada para fazer a Guerra*. E, mais ainda, toda a reflexão analítica sobre a alienação do trabalho, do *Marxismo e Geografia*.

A interrogação do sujeito

Ora, a questão da radicalidade mais funda da historicidade do espaço é impossível fora da reflexão deste espaço a partir da reflexão do seu sujeito na história, um tema ontológico por excelência.

Se é importante que se descobriu a historicidade do espaço, o problema do sentido do processo da história fica então implicitamente colocado. O geógrafo descobre a história, descobrindo assim seu fundamento mais simples, que a história é produto do sujeito. Um tema que a geografia clássica pareceu ter respondido com facilidade: é possível falar de história sem falar do sujeito do processo? Historicamente a geografia diz que sim, e fornece a fórmula: basta que se fale da história, tomando-se o objeto como sujeito.

A renovação, por sinal, vai identificar aí o positivismo. Sempre se falou em grupos sociais e poder social na geografia, mas o espaço foi sempre ele o sujeito. Na geografia renovada, sujeito é todavia quem organiza, determina, controla o espaço. Ou sofre a mediação deste em suas relações.

É esta fórmula de falar-se do espaço, falando-se do sujeito da história, o problema do salto do movimento do estágio da crítica do político-ideológico para o epistêmico.

A impregnação do oficialismo, objeto da crítica, ampliada de uma conjuntura de saída da ditadura, confunde contudo a reflexão epistêmica com o tema da ação políti-

ca imediata, levando ao enfoque mais sociológico que ontológico do sujeito e a cair-se numa espécie de militantismo de sinal trocado. Localiza-se aqui uma primeira dificuldade: a visão puramente militantista confunde a questão do sujeito e desloca o seu debate para uma interminável discussão do objeto.

No limite, o tema do sujeito ficou subalterno à discussão do objeto. Mesmo sabendo-se que o objeto só o é dentro da relação com o seu sujeito. Como e no interior da relação do par, portanto. De outro modo tendo-se a situação absurda de o objeto ser ele mesmo sujeito e objeto, o que significa a morte do sujeito e a deformação do objeto. Nada menos que a morte da história, e, portanto, do espaço. Ora, é isto justamente a alienação, o espaço como fetiche, tão insistentemente denunciado por Milton Santos.

Confundida no tema-núcleo, a crítica é pouco objetiva em sua progressão da fase ideológica para a epistêmica.

Exemplo disso é o fraco mergulho crítico na própria história da geografia, que se fazia necessário, até porque a percepção crítica já houvera constatado a presença do tema do sujeito em toda a literatura clássica¹⁵. Não é uma reflexão sobre a relação sujeito-objeto a questão do possibilismo versus determinismo? E o que é o discurso da relação homem-meio, senão um modo de dizer relação sujeito-mundo/sujeito-objeto? O que dizer do discurso do visível-invisível da reflexão pierregeorgeana sobre o método? E bem ainda do significado de a categoria da cultura ocupar um lugar tão permanente no discurso lablacheano de relação homem-meio (não é este o sentido da afirmação de La Blache de que “a região é a effigie cunhada de um povo”)? De resto, o que tudo isto evidencia senão o entendimento pelos clássicos de que por trás dos olhos que contemplam a paisagem está a subjetividade humana colocada diante de si mesma, interrogando-se se não é a sociedade senão uma construção do homem?

A difícil indagação ontológica

Eis porque correm em paralelo a crítica ideológico-política-epistêmica e a indagação do estatuto ontológico do espaço (o “ser do espaço”, como a exprime Armando Corrêa da Silva), de vez que a evidenciação ontológica é a condição da explicitação do sujeito.

¹⁵ Tarefa de resto deveras difícil, dado a completa indigência em bibliografia dos clássicos em língua portuguesa. Lamentavelmente, as gerações mais antigas, que dispuseram de tudo que se imagina necessário para legar às gerações seguintes um amplo acervo bibliográfico dos clássicos em nossa língua, ponto de partida para que se sedimente cultural e eruditamente um saber num país, nada deixaram neste sentido. Só duas obras clássicas foram traduzidas para o português, no Brasil: *Geografia Humana (edição resumida)*, de Jean Brunhes, por Ruth Magnanini para a Fundo de Cultura, e *Propósitos e Natureza da Geografia*, tradução de Armando Corrêa da Silva para a Hucitec.

Desde o primeiro momento da renovação, o trabalho desponta como a essência concreta do espaço. Afinal, é um espaço produzido. Além disso, há uma presença do tempo implícita nesta formulação.

Produto histórico, centrado na ação do trabalho, o espaço tem aí o *locus* exato do seu estatuto ontológico.

Desde a formulação teórica de Lacoste, Milton Santos e Quaini sabemos desse vínculo do trabalho como o conteúdo social do espaço. Quaini demonstrou-o na essencialidade da relação homem-meio, interpretada por Marx como uma relação metabólica, vulgo interação do trabalho, e que Quaini apresenta como a dinâmica desterritorial do capitalismo. Todavia, insinua-se aqui uma segunda dificuldade. É que, ironicamente, na progressão para frente, a renovação realça o primado do trabalho, mas quem circula na teoria é o capital. O sujeito do trabalho, ele mesmo, só sociologicamente aparece.

Há aqui provavelmente um tributo pago ao viés economicista do marxismo que está se absorvendo na renovação, um marxismo vazio de reflexão ontológica. Nesse marxismo, e reprodutivamente na geografia, a trajetória do trabalho começa na relação homem-meio e explicita-se na divisão territorial, e o conceito é por essência um entendimento de natureza econômica. A produção fala a linguagem do trabalho, e o trabalho fala a linguagem da produção. O trabalho é concebido como a mediação de relações que se dão na produção de bens materiais, e tem por conteúdo explícito esse metabolismo entre a natureza e o homem que é a atividade econômica. Mas a razão econômica é a meta em si da ação humana. E, no limite, os fundamentos econômicos se encerram na sua transformação no social. A produção do espaço nunca aparece portanto como um processo da hominização do próprio homem. Daí que o espaço apareça com a cara do capital e não a do homem que o cria (inclusive ao capital).

Fica, então, desprezada a questão essencial da alienação do trabalho (e do seu sujeito) no espaço do capitalismo. E fica pouco a pouco obliterada a questão com que a crítica ideológica pretendeu-se crítica: o desmonte do fetiche capitalista do espaço. O tema da alienação desaparece, dissolvido na sequência da própria narração discursiva.

Considera-se, por sinal corretamente, que o que dá ao espaço seu caráter de conteúdo social é ter ele origem no processo econômico do trabalho. Por isso, que a armadura visual do espaço (o arranjo paisagístico) é a transparência da divisão territorial do trabalho, enquanto armadura que arruma a estrutura da sociedade global. Posta nestes termos, a reflexão teórica está, no fundamental, correta. Ou pelo menos coerente com o modo de ver marxista. O problema reside na pura essencialidade sócio-econômica do conceito.

Problema que surge da discussão superficial do tema do sujeito, da sua sujeição a um entendimento puramente axiológico, isto é, o espaço como valor e determinação, e não ontológico.

Ao deixar de aprofundar a reflexão ontológica sobre a historicidade recém-descoberta do espaço, a renovação da geografia vai acumulando impasses teóricos e acaba

por indefinir-se na vaga da confusão criada. O que é, fica submerso na preocupação com o porquê e o como.

A busca de uma questão geográfica

Não escapou ao debate a questão do sentido das coisas na geografia. E a percepção portanto de quando uma coisa vira uma questão (ontologia, e não axiologia).

Em todo o percurso que subjaz esse debate, indaga-se se há algo na vida humana que transpareça como um modo de existência geográfica. Vale dizer, se há na história dos homens uma questão que eles chamem de geográfica, ao ponto de levar a sociedade a necessitar de uma ciência e um intelectual, profissional ou cientista que se dedique especificamente a este tema. Se existe, com que cara ela se reconhece? Com que código se apresenta? De que modo fenomênico se manifesta?

A geografia clássica respondeu a este problema com a questão da região ou com aquela outra do determinismo/possibilismo. A renovação da geografia começou respondendo com a questão do espaço.

O ponto de partida não poderia ser outro: nada pode existir, senão como espaço. Uma resposta filosófica, devotada a uma resposta teórico-prática¹⁶: não há matéria fora do espaço e espaço fora da matéria, uma verdade que se aplica seja à matéria cósmica ou seja à matéria social.

Eis o que parece ser, afinal, uma questão geográfica que faz sentido. Mas, verdadeiramente, há aí uma questão espacial? Lefebvre respondera afirmativamente. Fala da condição espacial sem a qual da reprodução estrutural do capitalismo. O espaço que organiza o fluxo da história, diz, distribui suas relações no território, articula estas relações em uma unidade e sob a forma da escala condiciona, gera e determina a estrutura, atuando como uma poderosa determinante de rumo. Uma resposta normativa, não ontológica, não obstante.

A ida ao campo

O problema aparece na ida ao campo. A não-resposta à questão geográfica, inviabilizando a clarificação da ontologia do espaço, reflete-se no momento da prática.

¹⁶ Este é um modo de conceber que pede um novo entendimento da relação espaço-tempo/geografia-história. No passado, esta era uma relação ora confundida com a história do povoamento dos espaços (concepção que Horieste Gomes acertadamente critica, quando diz que “retornar simplesmente ao passado não significa que utilizamos a história como valor analítico”, no seu texto *Reflexões Sobre a Dialética*) e ora com um intercâmbio de conteúdos respectivos entre as disciplinas escolares da geografia e da história.

Embora desigual e diferenciadamente, a renovação vai ao campo. E o campo revela-lhe suas insuficiências. Falta-lhe algo.

Quais problemas e limites coloca?

Antes de mais, o problema e os limites da fala. A fala ficou bloqueada na ida ao campo, ao mesmo tempo que o campo ficou bloqueado na insuficiência da fala. O tema é aparentemente simples: como fazer falar o empírico, se o empírico por si só não fala? Se falar é fazer realidades empíricas se articularem dentro do conceito. Como ir ao campo só com os sentidos da sensibilidade, sem a habilidade do pensar conceitual?

Uma descoberta impactante numa ciência de notório enraizamento histórico na tradição descritiva. Maior ainda numa ciência orgulhosa de suas novas bases teóricas.

Mas porque faltou-lhe a fala?

O QUE FICOU DE FORA

Faltou-lhe a fala porque, no fundamental, o espaço não fala por si e não tem seu conteúdo em si, eis a resposta concreta.

De um lado, o campo evidencia um problema de ordem discursiva: como falar do empírico em novo molde na geografia, sem a linguagem de representação cartográfica correspondente ao novo conceito de espaço? Como agir e falar espacialmente, sem a linguagem que verbalize o ato de pensar espacialmente, dito de outro modo?

De outro, evidencia no próprio problema da linguagem a insuficiência da mudança do conceito de espaço, cujo pressuposto é um novo conceito de natureza e homem. Uma relação de essencialidade entre si e com o conceito de espaço, como já o demonstrara Quaini.

Vejamos uma questão de cada vez.

A requalificação da linguagem

A ausência de um corpo novo de linguagem impediu uma nova leitura do empírico. Eis o primeiro ponto. Um problema de impossibilidade de falar do mundo duma maneira nova, usando uma linguagem de representação velha.

Ao não cuidar de renovar, de modo concomitante, a linguagem de representação cartográfica e o conceito de espaço, a renovação enveredou num círculo vicioso: a questão teórica e a questão prática bloquearam-se mutuamente.

E não se pôde furta-los às consequências: diante da necessidade de superar o dilema de não deixar que a realidade empírica falasse a linguagem pura da fala estatística, fotográfica ou simplesmente gráfica, a produção geográfica foi buscar nos conceitos dos vizinhos a linguagem do discurso: os geógrafos humanos passam a fazer economia e sociologia e os geógrafos físicos a fazer física, química, geologia ou engenharia. Eis o motivo da desproporção estabelecida entre a enorme repercussão e influência da crítica e o reduzido acervo de trabalhos produzidos no espelho do novo padrão discursivo, um fato que a dificuldade do trabalho de campo só pôs em evidência.

Além do mais, perdida no plano linguístico, a personalidade da geografia renovada desaparece. Do nível teórico da ordem doutrinária ao nível prático da ordem acadêmico-profissional, a geografia aprofunda um dilema de identidade: já não se sabe mais o que ela é.

As obras de fôlego que aparecem, refletem essa realidade¹⁷.

O fato é que a renovação não obedeceu ao roteiro que a própria evolução espontânea da sua trilogia bibliográfica sugerira. Incompreensivelmente, não incorporou Lacoste¹⁸. Ao menos, até o ponto do remate prático do novo conceito de espaço: o da sua conversão cartográfica.

É sabido que uma vasta literatura está se desenvolvendo no plano geral do pensamento científico neste momento em que a geografia renova o seu conceito de espaço. As obras de Serge Bonin e Jacques Bertin dedicadas à semiologia gráfica são da mesma década das obras seminais da renovação. São obras contemporâneas às de Lacoste, e participam do mesmo solo epistemológico que o está levando a rever os conceitos de espaço e representação de uma maneira crítica. Entretanto, são os chamados geógrafos humanos os que percebem e incorporam a obra de Lacoste, e não os geógrafos-cartógrafos. São aqueles que instigam estes a que apareçam no debate da renovação crítica.

O fato é que a renovação da linguagem da representação cartográfica fica inexplicavelmente fora do debate do conceito de espaço. Lacoste é solenemente dispensado.

Isso apesar de o tema cartográfico constituir o nó central da crítica conceitual de espaço de Lacoste. Teria alguma relação com a sua condenação ao conceito de escala e ao modo de olhar tradicionais do geógrafo sobre a paisagem explícita no conceito de espacialidade? Afinal, Lacoste entende que o conceito de escala corrente é essen-

¹⁷ Dentre as que avançam solução sobre ela pode-se citar *A Capital da Geopolítica*, de José William Vesentini, tese de doutorado defendida pelo autor em 1985. A dificuldade está explícita em nosso trabalho *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil*. Todavia, seria preciso um levantamento das teses defendidas à época, porém não publicadas, para ter-se uma avaliação melhor dessa afirmação.

¹⁸ Considero que toda a obra de Lacoste é uma chamada para o problema cartográfico.

cialmente matemático e que o olhar clássico sobre a paisagem é uma fuga à consideração do conceito.

Seja como for, o conceito de espaço não evolui acompanhado da criação de uma linguagem de representação espacial renovada e o olhar cartográfico fica fora da renovação geográfica. E isso é o que fica evidente agora na ida ao campo.

O que é paradoxal, porquanto um rico e forte momento de reflexão sobre o conceito de espaço, que busca justamente precisá-lo de um modo teórico-metodológico claro e operacional (o espaço é concebido como uma categoria da estrutura: a instância, por Milton Santos, em *Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método*; como uma categoria da descrição: o arranjo espacial, por Ruy Moreira, em *A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais*; como uma categoria do valor, por Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa, em *Valor, Espaço e Questão de Método* e *Geografia Crítica - A Valorização do Espaço*; como uma categoria filosófica, por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em *Espaço e Tempo: Compreensão Materialista e Dialética*; e como uma categoria do método, por Wanderley Messias da Costa, em *O Espaço como Categoria de Análise*), está em curso na renovação, clamando pela sua conversão em linguagem concreta de representação cartográfica. Uma conversão que não houve.

No fundo, a ida ao campo fala desse desencontro entre o conceito novo de espaço e sua conversão em linguagem cartográfica.

O reentrinhamento da natureza

Mas um outro bloqueio ao mesmo tempo aparece: a forma precária como seu deus a discussão do conceito de natureza na renovação da geografia. Eis o segundo ponto.

Mais precisamente, a ida ao campo trouxe novamente à evidência o hiato que percebeu-se haver quando da impossibilidade da crítica do sujeito (um problema de geografia física, uma vez que o conceito moderno de homem está intimamente ligado ao de natureza, num processo recíproco de excludências, daí o problema da dicotomia). Uma situação-paradoxo, uma vez que a mais forte das motivações da renovação é justamente o problema da dicotomia homem-natureza, induzindo Lacoste a reclamar por um projeto unitário.

Aqui, o não-inserido foi Quaini.

Também aqui, deu-se um quadro conjuntural semelhante ao da cartografia. Uma riqueza impressionante de produção intelectual discutindo a natureza, saída do mesmo solo epistemológico, ocorre em simultâneo aos textos publicados por Quaini, por sinal, inspirando-os.

A reflexão crítica ignorou também esta literatura, de modo que não viveu-se com o tema da natureza o mesmo clima de debate acadêmico vivido com o conceito de espaço. Textos como os de Koyré, Monod, Schmidt, Jacob, Prigogine, já para não citar

Engels, entre os marxistas, debatem o conceito de natureza, revelam a ligação que mantém com o conceito de homem, o modo como saem um de dentro do outro, no dealbar do Renascimento¹⁹. O debate interno da geografia é posto a correr ao largo do debate geral em curso, entretanto. Os geógrafos formados na tradição da chamada geografia física, ausentes dessa discussão, não a trazem para o debate interno da renovação. Os chamados geógrafos humanos, e que a trazem para o âmbito do debate geográfico, o fazem pelas mãos de Quaini (onde todavia não se está falando da natureza da geografia física, ou daquela da reflexão ecologista atual, da natureza sem vida ou da natureza apenas viva, mas da natureza historicizada tal como está posta no debate da filosofia da ciência da época)²⁰.

A consequência é a completa ausência de uma renovação do conceito de natureza na geografia (e, em consequência, do homem). Bem como o estado de confusão que acaba por se instalar no meio geográfico com relação à questão da natureza, criando-se o paradoxo de mais o debate da dicotomia se esterilizar, quanto mais por outro lado se avança nas idéias de espaço. Continuar-se-á trabalhando sem que o vínculo entre estas duas categorias essenciais da geografia se esclareça.

A verdade é que o libelo lacosteano da falência do *projeto unitário* não leva os geógrafos ao debate em vista da reflexão epistemológica do universo conceitual total da geografia. Nem mesmo quando vem em reforço a este libelo a chamada de Milton Santos para a ligação entre natureza e espaço, como diz numa formulação enfática: “Enfim, há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem as condições da natureza primeira e a natureza primeira é sempre incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço”. Ou quando, ainda, do estimulantisimo chamado de *A Construção da Geografia Humana* (vê-se pelo título que nem mesmo Quaini logra escapar da armadilha do discurso institucional), para o vínculo do pensamento moderno com o iluminismo de Kant (vínculo já anteriormente estabelecido por Hartshorne), pondo em evidência que a idéia de natureza não é mais que o produto do pensamento galileano, do período do Renascimento, e que a idéia de homem é dela filha, por sua vez, daí saindo o discurso dicotômico (a

¹⁹ Estranhamente, não se pode apontar um geógrafo físico envolvido entre os renovadores. Situação que não deixa de mostrar a distância em que estes se encontram da evolução geral em curso no mundo das ciências naturais. Inexplicavelmente, uma vez que a discussão crítica do conceito de espaço já é em si uma consequência dos debates em curso sobre o conceito de natureza. Debate intenso, travado entre físicos, biólogos e químicos, que deslocam-se dos seus campos específicos para o terreno de um diálogo aberto no campo da história das idéias, onde entendem encontrar o fundamento de suas críticas e o manancial dos elementos para as novas formulações conceituais que estão buscando.

²⁰ É o caso de *O Que é Geografia* (veja-se toda a metade a partir da página 71), que, além de Quaini toma por referência *El Concepto de la Naturaleza en Marx*, de Alfred Schmidt, e *El Pensamiento Filosófico de Engels - Naturaleza y Sociedad en la Perspectiva Teórica Marxista*, de Giuseppe Prestipino.

idéia de geografia física e de geografia humana, conseqüentemente) de sociedade e história que irá constituir a cultura e a concepção de mundo do ocidente.

Por isso que a crítica do conceito de sujeito não avança. E o próprio debate sobre o conceito de espaço lentamente vai se esgotando, paralisado por um parâmetro que não podia ser ele mesmo. Eis o que se revela na ida ao campo.

RENOVANDO A PARTICULARIDADE

Creio que podemos finalizar esse balanço observando que é absolutamente impossível mudar o campo de uma ciência, sem envolvê-la com um todo quando é o todo que está em época de mudança.

A hipótese que aqui seguimos é que a própria crise reuniu nos livros *A Geografia/A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra*, de Yves Lacoste, *Por Uma Geografia Nova*, de Milton Santos, e *Marxismo e Geografia*, de Massimo Quaini, a base e o roteiro de uma mudança possível. Espontaneamente, três livros que aparecem fornecendo os termos intelectuais da ruptura. E não por acaso.

Todavia, uma certa inarticulação entre eles aconteceu no decorrer do movimento concreto das reconceitualizações.

Tomo por suposto que a causa é a resposta insatisfatória dada a três temas – a constituição filosófica do sujeito, a visibilidade ontológica do espaço e a recriação da linguagem de representação cartográfica do espaço –, decorrente da ausência de mudança no conceito de natureza (lugar da reflexão real sobre o homem) e no conceito de homem (lugar de reflexão real sobre a natureza), este segundo em face do primeiro.

A progressão no conceito novo do espaço, que constituiu-se no vetor da geografia renovada, na medida que foi proclamado seu objeto, foi por força disso limitada. Avançou até o limite que estabeleceu seu próprio estatuto epistêmico: o espaço não é o seu conteúdo, já o revelara Quaini. E exprimiu seu valor prático até onde permitiu-lhe o universo próprio da linguagem: o espaço não é o seu próprio dicionário, advertira Lacoste.

A renovação centrou seu debate no conceito de espaço, inspirada na formulação dada por Milton Santos (*Por Uma Geografia Nova*). Aprofunda este debate no sentido da crítica ideológica, política e epistemológica com Lacoste (*A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra*) e da clarificação da essência ontológica do espaço na relação homem-meio, vista como o metabolismo do trabalho, com Quaini (*Marxismo e Geografia*). Os desdobramentos no sentido de uma reorientação dos demais conceitos, sobretudo os de natureza e de homem, imbricados um no outro desde a conceitualização cartesiano-galileana do período renascentista, e no da criação de uma nova linguagem de representação cartográfica, que depende da resposta dada à questão da ontologia do espaço (o problema do sujeito, o que pede o conceito do homem), preso ao nó cartesiano do conceito de natureza, estavam aí contidos. Todavia, não desatou-se o nó cartesiano, que prende, reciprocamente, os con-

ceitos de natureza e de homem, entre si, e destes com o conceito de espaço. As dificuldades de definição apontadas acima, indicam os limites do processo tal como se deu nesse momento seminal da renovação, como tentamos alinhar neste texto, quase memorial.

Um matiz de ordem institucional certamente responde por isso²¹.

Duas fases distinguem-se no movimento de renovação: a primeira, do período imediatamente anterior e posterior ao 3o. ENG, é a fase do mergulho crítico nas raízes do discurso geográfico, que indaga sobre o seu sentido e significado (“o que é, para que serve e para quem serve a geografia”²²); e a segunda, que se pode situar por volta da segunda metade da década de 80, é a fase em que o movimento de renovação perde o ímpeto, vira uma oficialidade e assim se atrofia. A primeira fase é um movimento que tende a redescobrir a geografia; a segunda, a opacificar-se.

Sem dúvida, a reformulação teórica avançou enormemente nos dez primeiros anos da renovação. Uma mudança rica, mas inconclusa. Pergunte-se a cinco geógrafos o que é espaço, e nas cinco respostas que derem ter-se-á a medida do que se andou. Peça-se-lhes que dêem uma formulação operacional a uma pesquisa de uma dada organização espacial pertinente ao seu conceito, e ter-se-á uma dificuldade de ordem prática. Um quadro revelador de uma mudança incompleta²³.

A RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1978-1988

Resumo: A renovação da geografia brasileira teve seu período chave na década de 1978-1988. Seu desenvolvimento foi dificultado devido aos debates centrarem-se no conceito de espaço, com uma completa ausência de uma renovação correspondente do conceito de natureza e da linguagem de representação cartográfica, integrados ao conceito de espaço criado.

Palavras-chave: Geografia, renovação, espaço

²¹Ou a força de inércia própria de um saber de história até então exclusivamente oficial. Ou, quem sabe ainda, o vício acadêmico da especialidade. Seja como for, eis algo a verificar-se.

²² Uso esta expressão em *O Que é Geografia*, tomando-a do uso corrente no período. “Espírito da época”, o livro é o que “está no ar”. Seu conteúdo e termos discursivos são o reflexo do clima dos debates acalorados promovidos pelos DAs e seções da AGB. O que fiz foi transpô-lo dos auditórios para o papel, o que me permitiu escrevê-lo de uma só assentada, em outubro de 1980. Usado pelos estudantes de geografia da época nas escolas secundárias como material didático, este livro hoje é tido como um texto de linguagem “difícil”, quase esotérica, pelos estudantes universitários, num indício bem denotativo da trajetória seguida pela renovação.

²³ A revalorização atual da Geopolítica é um indicativo desse quadro conceitual e operacional ainda de certo modo confuso. Um equívoco incorrido até por Lacoste. Ora, tudo que existe no mundo implica numa mediação do espaço. No entanto, a ninguém ocorreu a idéia de criar uma Geoeconomia, designativa de uma prática econômica mediada pelo espaço; ou uma Geoideologia, designativa de uma prática ideológica mediada pelo espaço; ou, ainda uma Geocultura, designativa de uma prática cultural mediada pelo espaço. Isto ocorreu apenas com relação à prática política. Por que então, justamente, com a prática política?

THE RENEWAL OF BRAZILIAN GEOGRAPHY BETWEEN 1978 AND 1988

Summary: Brazilian geography renewal had a key period through 1978-1988. Its development has been obstacularized because of the debate centering on the space concept with a complete absence of a corresponding renewal of the concept of nature and cartographical representation language integrating concept of created space.

Keywords: Geography, renewal, space

BIBLIOGRAFIA

- BETANINI, Tonino (1980): *Espaço e Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Hucitec
- BRUNHES, Jean (1962): *Geografia Humana* (edição resumida). Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura
- CHRISTOFOLETTI, Antonio (org) (1982): *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel
- COSTA, Wanderley Messias da (1982): O Espaço Como Categoria de Análise. Texto apresentado na Conferência Latino-Americana de Geografia, UGI.
- _____ e MORAES, Antonio Carlos Robert (1979): Valor, Espaço e Método, in *Revista de Ciências Humanas*. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas.
- _____ (1984): *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec.
- GOMES, Horieste (1983): Reflexões Sobre a Dialética, in *Boletim Goiano de Geografia* números 1 e 2. Goiânia: Departamento de Geografia da UFGO
- _____ (1991): *Reflexões Sobre Teoria e Crítica em Geografia*. Goiânia: Editora Cegraf/UFGO
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto (1978): A Geografia Está em Crise. Viva a Geografia, in *Boletim Paulista de Geografia* número 55. São Paulo: AGB-São Paulo.
- HARTSHORNE, Richard (1978): *Natureza e Propósitos da Geografia*. São Paulo: Editora Hucitec
- LACOSTE, Yves (1968): *Os Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: Difel
- _____ (1969): *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Difel
- _____ (1974): A Geografia, in Chatelet, François (org), *História da Filosofia – Idéias, Doutrinas*, volume 7 A Filosofia das Ciências Sociais – De 1860 a Nossos Dias. Rio de Janeiro: Editora Zahar
- _____ (1977): *A Geografia Serve Antes de Mais Nada Para Fazer a Guerra* (edição brasileira: A Geografia, Isto Serve, Antes de Mais Nada, Para Fazer a Guerra, São Paulo: Editora Papirus, 1988). Lisboa: Editora Iniciativas Editoriais.
- _____ (1980): *Unité & Diversité de Tiers Monde*. 3 volumes. Paris: Librairie François Maspero/Hérodote
- LEFEBVRE, Henri (1969): *O Pensamento de Lênin*. Lisboa: Moraes Editora

- _____ (1969): *El Derecho a la Ciudad*. Barcelona: Ediciones Península
- _____ (1971): *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona: Ediciones Península
- _____ (1973): *A Re-Produção das Relações de Produção*. Lisboa: Publicações Escorpião
- _____ (1974): *La Production de L'Espace*. Paris: Anthropos
- _____ (1976): *Espacio y Política* (El Derecho a la Ciudad II). Barcelona; Ediciones Península
- LOBATO, Roberto (1980): Da Nova Geografia à Geografia Nova, in Moreira, Ruy (org) *Geografia: Teoria e Crítica*. O Saber Posto em Questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes
- MORAES, Antonio Carlos Robert (1980): Em Busca de Uma Ontologia do Espaço, in Moreira, Ruy (org) *Geografia: Teoria e Crítica*. O Saber Posto em Questão. Rio de Janeiro. Editora Vozes
- _____ e COSTA, W. Messias da (1979): Valor, Espaço e Método, in *Revista de Ciências Humanas*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas
- _____ (1984): *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec
- MOREIRA, Ruy (1978): A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais, in *Geografia: Teoria e Crítica*. O Saber Posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes
- _____ (org) (1979): Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico, in *Revista de Cultura Vozes* número 4, ano 74
- _____ (1979): Geografia e Praxis: algumas questões, in *Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico*, Revista de Cultura Vozes número 4, ano 74
- _____ (1980): Ideologia e Política nos Estudos de População, in *Projeto Ensino*. São Paulo: UPGE/AGB-SP/APEOESP
- _____ (org) (1980): *Geografia: Teoria e Crítica*. O Saber Posto em Questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes
- _____ (1980): *O Que é Geografia*. São Paulo: Editora Brasiliense
- _____ (1985): *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo*. Estudo Sobre Sociedade e Espaço no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes
- _____ (1987): *O Discurso do Averso*. Para a Crítica da Geografia Que se Ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (1977): O “Econômico” na Obra Geografia Econômica de Pierre George, in *Boletim Paulista de Geografia* número 54. São Paulo: AGB-São Paulo
- _____ (1982): Espaço e Tempo: Uma Compreensão Materialista e Dialética, in Santos, Milton (org) *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec

- PRESTIPINO, Giuseppe (1973): *El Pensamiento Filosófico de Engels*. Naturaleza, y Sociedad en la Perspectiva Teórica Marxista. Barcelona: Editora Siglo Vienteuno
- QUAINI, Massimo (1979): *Marxismo e Geografia*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- _____ (1983): *A Construção da Geografia Humana*. São Paulo: Editora Hucitec
- SANTOS, Milton (1977): Sociedade e Espaço: a Formação Social Como Teoria e Método, in *Boletim Paulista de Geografia* número 54. São Paulo: AGB-São Paulo.
- _____ (1978): *Por Uma Geografia Nova*. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP
- _____ (1980): Sobre a Geografia Nova, nos Periódicos, in Moreira, Ruy (org) *Geografia e Sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico*, *Revista de Cultura Vozes* número 4, ano 74.
- _____ (org) (1982): *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec
- SILVA, Armando Corrêa da (1978): *O Espaço Fora do Lugar*. São Paulo: Editora Hucitec
- _____ (1983): A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica na Perspectiva Teórica, in *Boletim Paulista de Geografia* número 60. São Paulo: AGB-São Paulo
- _____ (1986): *De Quem é o Pedaco*. Espaço e Cultura. São Paulo: Editora Hucitec
- VESENTINI, José William (1986): *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática